

ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS E HISTORIOGRAFIA: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS ENTRE OS GRUPOS ANPUH E SBPC (1971)

Scientific associations and historiography: Strategies and practices among the ANPUH and SBPC groups (1971)

Bruna Silva^{1*}

Beatriz Anselmo Olinto^{2**}

RESUMO

Este artigo tem por objetivo problematizar o lugar da historiografia na maior associação científica do Brasil no início dos anos 70 do século XX. Para isso, analisará a participação da ANPUH, então Associação Nacional dos Professores Universitários de História, na XXIII Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ocorrida em Curitiba no ano de 1971. A SBPC cedeu espaço para integrantes da ANPUH realizarem uma mesa-redonda intitulada “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”. Por meio da análise da ata desse evento, posteriormente publicada na *Revista de História*, serão abordados o contexto de produção do documento, as falas dos participantes, o estatuto científico conferido à pesquisa em História naquele momento e as tensões e negociações que os envolviam.

Palavras-chave: associações científicas; ANPUH; SBPC; historiografia.

ABSTRACT

This article aims to discuss the place of historiography within the largest scientific association in Brazil at the beginning of the 70s of the twentieth century, for this, it will analyze the ANPUH participation, then the

1 * Doutora pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, pela linha Cultura e Identidades. Realiza pesquisas envolvendo revistas científicas de história, historiografia, historiografia paranaense, teoria da história e regiões. Pós-Doutorado Júnior concluído pelo INCT Proprietas, em Tecnologia Social e Divulgação Científica nas Humanidades. Contato: brunasilvabs@gmail.com

2 ** Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002) e pós doutorado em Sociologia Política na mesma universidade (2014). Em 2017 desenvolveu estágio pós doutoral sênior em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é professora associada da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Contato: biaoointo@hotmail.com

Associação Nacional dos Professores Universitários de História, within the XXIII Annual Meeting of the SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – in Curitiba in 1971. The SBPC gave space to ANPUH members to hold a roundtable entitled “Current state of historical research in Brazil”. Through the minutes of this event, later published in *Revista de História*, the document production context, participant’s speeches, the scientific status granted to research in History at that time, and the tensions and negotiations that involved them will be addressed.

Keywords: scientific associations; ANPUH; SBPC; historiography.

Introdução

Em 1948, foram iniciadas as atividades de uma associação direcionada ao incentivo ao progresso da ciência no Brasil. Tratava-se da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, com características marcantes³ e um perfil definido pela defesa da ciência e dos interesses dos cientistas no país, apesar de a formação do grupo ter acontecido como “[...] inicialmente, uma iniciativa de repúdio ao então governador de São Paulo, Adhemar Barros, que decidiu transformar o Instituto Butantã numa instituição apenas produtora de soros antiofídicos, reduzindo a pesquisa básica no Instituto [...]” (MENDES, 2006, p. 147). Tal postura marcou o *lugar social* das pesquisas, pois, no momento da fundação da sociedade, havia o interesse em posicionar a SBPC como uma comunidade científica em relação a uma política imposta pelo governo, a qual previa a diminuição do espaço dedicado às pesquisas científicas no Instituto.

Apesar do imbróglcio inicial em torno do Instituto Butantã, Marta Abdala Mendes pontuou que a SBPC não foi criada apenas para pesquisadores ligados à área das ciências biológicas, mas, sim, de “todas as disciplinas” (MENDES, 2006, p. 143). Segundo Antônio Botelho, a sociedade foi

3 “A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se definiu como “[...] uma entidade civil, sem fins lucrativos ou posição político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Desde sua fundação, em 1948, a SBPC exerce um papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como na difusão e popularização da ciência no País”. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/site/a-sbpc/quem-somos.php>. Acesso em: 30 mar. 2022.

fundamental no processo de profissionalização da ciência brasileira (BOTELHO, 1990). Oficialmente, a SBPC foi criada no dia 8 de julho de 1948, em uma reunião com cerca de 60 pessoas que aceitaram o convite dos “drs. Paulo Sawaya, J. Reis e M. Rocha e Silva [...]” (CIÊNCIA E CULTURA, 1949, p. 1). Tal reunião aconteceu nas dependências da Associação Paulista de Medicina de São Paulo, com os objetivos de “[...] lutar pelo progresso e pela defesa da ciência em nosso país” (CIÊNCIA E CULTURA, 1949, p. 1). Em outubro do mesmo ano, 1948, ocorreu outra reunião de fundação, mas desta vez para aprovação dos estatutos da sociedade.

No artigo 1º ficou definido que “A SBPC tem fins científicos e educativos, sem fito de lucro, nem côr (*sic*) política ou religiosa” (ATA DE FUNDAÇÃO DA SBPC, 1948, f.1). Neste mesmo documento, foi exposto o desejo da sociedade em filiar-se a outras associações com fins científicos e humanitários, como: “a Unesco, Federação Mundial de Trabalhadores Científicos, a Organização Mundial da Saúde e outros” (ATA DE FUNDAÇÃO DA SBPC, 1948, f.1). Já nas disposições gerais do documento ficou estabelecido que haveria a possibilidade de criação de divisões regionais da SBPC e que essas regionais poderiam

[...] distribuir suas atividades científicas e culturais por seções especializadas, compreendendo, entre outras: a) Matemática; b) Física; c) Química; d) Geologia e Mineralogia; e) Biologia; f) Antropologia; g) Engenharia e Tecnologia; h) Ciências Médicas e Farmacêuticas; i) Agricultura; j) Ciências Econômicas e Administrativas; l) Educação; m) Geografia e História (ATA DE FUNDAÇÃO DA SBPC, 1948, f. 6).

O diálogo da SBPC com as demais áreas de pesquisa se daria no campo de atuação das subdivisões regionais e não da sede da sociedade em São Paulo. Seja como for, a área de História foi incorporada à área de Geografia. Pontua-se que neste momento, apesar de, desde o final da década de 1930, existirem cursos superiores de História em diferentes partes do país, a produção historiográfica estava iniciando um processo longo de afastamento

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB⁴ – para passar a ocupar espaço na produção historiográfica acadêmica. Daí não ser surpresa História e Geografia aparecerem juntas em uma só seção especializada. Ademais, os cursos superiores oferecidos pelas instituições brasileiras no início do século XX agregavam a formação não só em História, mas em Geografia também.

Entretanto, a participação de pesquisadores das ciências humanas na SBPC viria a acontecer somente a partir de 1968, momento em que o Congresso Nacional aprovou a reforma universitária, na qual foram fixadas normas para o funcionamento das universidades brasileiras. A reforma resultou na modificação e na expansão das instituições públicas, especialmente as universidades federais, criando espaço para a interligação de atividades de ensino e pesquisa, até então vistas separadamente. Houve também a criação do sistema departamental e da carreira acadêmica para os professores, além da criação de uma política para a pós-graduação.⁵ Essa ausência de pesquisadores das ciências humanas na referida sociedade se deu, segundo José Reis⁶ (1977, p. 42), biólogo e um dos fundadores da SBPC, devido a uma decisão deles próprios, já que haviam sido convidados desde o início.

Na Revista *Ciência e Cultura*, periódico da SBPC, no seu volume 1, número 2, na sessão *Noticiário*, é possível constatar que em 1949 já estava em fase de organização a primeira divisão regional da SPBC, que seria na capital paranaense, Curitiba. As primeiras atividades da regional foram marcadas para o dia 12 de abril daquele ano. As atividades eram relacionadas à área de Física, no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas de Curitiba, pois

4 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – foi fundado em 21 de outubro de 1838 e lá foram reunidos os estudiosos que se dedicaram à História do Brasil. Esses não precisavam necessariamente ser formados na área. O IHGB, apesar de ser um projeto português no Brasil pós-colonial, não buscava a escrita de uma História que rompesse com a antiga metrópole. Porém, é curioso notar que houve amplo diálogo e trocas dos periódicos produzidos pelo IHGB e institutos de pesquisa franceses. Ver: GUILMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 5.

5 No entanto, Carlos Benedito Martins identificou nesse processo um paradoxo, pois teria dado espaço para o surgimento do ensino privado no Brasil: “[...] instituições organizadas a partir do estabelecimento de cunho profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa” (MARTINS, 2009, p. 17).

6 Ligado também ao ensino, Reis fazia palestras e estimulava a realização de feiras de ciências e a entrega de prêmios a crianças que manifestassem vocação científica. Incentivou a criação de entidades de amparo à pesquisa e participou da fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sendo o mentor da Revista “Ciência e Cultura”. Em sua homenagem, o CNPq instituiu o Prêmio José Reis de Divulgação Científica. Disponível em <https://canalciencia.ibict.br/ciencia-brasileira-3/notaveis/265-jose-reis>. Acesso em: 03 mar. 2022.

na ocasião a SBPC contava com “[...] a adesão de quase meia centena de técnicos e cientistas de Curitiba” (CIÊNCIA E CULTURA, 1949, p. 58).

Indícios de como se deu o processo de aproximação entre a SBPC e os historiadores são encontrados vinte e nove anos depois da fundação da SBPC, quando da publicação dos Anais referentes ao IX Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História – ANPUH, resultado do evento ocorrido em 1977 em Florianópolis. Neste documento há referência às duas associações mencionadas em um texto sob o título “A ANPUH e a SBPC”.⁷ Nele é informado que a filiação da ANPUH à SBPC teria ocorrido diante da postura interdisciplinar adotada pela SBPC e que possibilitou, em 1970, a sua abertura para as Ciências Humanas (DE PAULA, 1977, p. 24).

Nos Anais do IX Simpósio da associação de historiadores é indicado ainda que a “comprovação” dessa vinculação entre as duas associações científicas estava publicada na *Revista de História*⁸, quando da participação da ANPUH na XXIII Reunião Anual da SBPC em 1971, realizada na cidade de Curitiba. Assim:

O Núcleo Regional do Paraná e a Diretoria da ANPUH resolveram participar da Reunião e programaram um Encontro Regional que terá como ponto central uma mesa-redonda, nucleada em torno do seguinte tema, “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil” (REVISTA DE HISTÓRIA, 1970, p. 25).

A aproximação da Associação Nacional dos Professores de História – ANPUH, com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, durante os anos 1970, é significativa, pois ligava a ANPUH a um núcleo maior e fortemente estabelecido no campo científico. Afinal, a historiografia

7 Os anais foram publicados em 1977; no entanto, o referido texto faz menção ao ano de 1971.

8 A *Revista de História*, durante 27 anos, desde 1950, circulou com periodicidade bimestral. Em 1977, com a morte de seu diretor (Eurípedes Simões de Paula), sua produção foi interrompida. Doada ao departamento de História da USP, entrou em nova fase e, finalmente, em 1983 voltou a circular com periodicidade semestral, ao menos prevista. Infelizmente, a partir do número 119 esta periodicidade foi interrompida. Nos anos 80, portanto, foram publicados apenas 6 números (FICO; POLITICO, 1982, p. 64). No entanto, o periódico continua sendo editado atualmente.

como atividade universitária estava sendo configurada naquele momento e buscava seu afastamento das narrativas ufanistas até então produzidas pelos Institutos Históricos. Com essa aproximação, por um lado, a SBPC reforçava o seu quadro de participantes, o que poderia conferir maior respaldo à sua postura política em meio à Ditadura Civil-Militar no país; por outro lado, a ANPUH obtinha sucesso em incluir o conhecimento histórico produzido nas universidades brasileiras como uma “ciência em progresso”. Percebe-se então as conexões engendradas entre as pressões externas ao campo e a sua dinâmica interna, pois o campo científico, segundo Bourdieu, pode configurar formas refratárias a essas pressões, ou seja, criar maneiras de traduzi-las em sua própria lógica. Segundo o autor, essas seriam as “manifestações mais visíveis da autonomia do campo” (BOURDIEU, 2014, p. 22).

A pesquisa histórica no Brasil: entre a ciência, o ensino e a política

Para compreender esse processo de aproximação entre as duas associações, é crucial retomar a participação dos historiadores na referida XXIII Reunião Anual da SBPC, realizada em 1971, em Curitiba. Nela, 67 historiadores vinculados à ANPUH estiveram reunidos para debater a situação da pesquisa histórica no Brasil. Naquele mesmo ano foi publicada a ata de tal reunião na *Revista de História*, com o título “Estado da pesquisa histórica no país”. Nesta, afirmava-se que a realização da reunião foi efetivada “[...] graças à iniciativa da Diretoria da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), e organizada pelo Núcleo Regional do Paraná, [...]” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 353). O documento publicado não possui a assinatura dos presentes na reunião, há apenas a indicação dos nomes desses professores e das instituições às quais eram vinculados.

Em relação aos participantes, nem todos tiveram seus nomes mencionados quando das discussões apresentadas no decorrer da reunião. Os autores da ata evidenciaram o nome de cada um que fez uso da palavra em itálico no texto, todos sempre tratados por *professor* antes do nome, apesar de se afirmarem como pesquisadores ao longo da reunião. Foi possível

levantar 21 diferentes intervenções, juntamente com as apresentações dos relatórios, comunicações e discussões.⁹

A maioria dos participantes era proveniente das regiões sudeste e sul do Brasil. Em relação à participação de professores do Rio de Janeiro, houve a presença de José Pedro Eposel e de Célia Freire d'Aquino Fonseca, ambos da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Já o Estado de Minas Gerais contou com apenas uma participação, de Francisco Iglésias, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. A região nordeste foi representada por dois docentes da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Theo Brandão e Onildo Guimarães.

Analisando a relação das proveniências dos participantes, é possível compreender a rede de relações entre os historiadores pelo Brasil. Os estados do Paraná e de São Paulo tinham uma forte presença na reunião e, juntos, enviaram 26 pessoas. Constam, em seguida, os historiadores do Rio Grande do Sul, com sete professores presentes. Houve, ainda, participações de representantes da Academia Brasileira de Letras – ABL, José Honório Rodrigues, e do Arquivo Nacional, José Calmon da Costa Pinto. Não há indícios, neste documento, a respeito da distribuição e da abrangência dos debates organizados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. No entanto, naquele momento, as discussões ficaram restritas a historiadores vindos de sete estados brasileiros, pertencentes a diferentes instituições de ensino.

Seguindo a ata publicada, após formado o quórum para a reunião, abriram-se os trabalhos para as falas da mesa-redonda. Eurípedes Simões de Paula (USP)¹⁰ iniciou a sessão com o relatório que teria sido organizado por

9 Dados extraídos com base em Westphalen e Mequelusse (1971).

10 Diego José Fernandes Freire apontou que “Pode-se assinalar que estes intelectuais, [referindo-se a José Honório Rodrigues, Guilherme Mota e Amaral Lapa] juntamente com outros em cidades como Curitiba, Rio de Janeiro e Salvador, inseriram o debate sobre a historiografia brasileira na Universidade, intensificando e consolidando-o neste espaço de produção. Até os anos 1950, esta discussão fazia-se em grande medida fora dos muros universitários (vide a obra de Honório Rodrigues), só esporadicamente encontrando lugar entre os docentes de instituições de ensino superior. Os nomes aqui citados, acrescidos dos de Alice Piffner Canabrava, Emília Viotti da Costa, Francisco José Calazans Falcon, Maria Cecília Westphalen e István Jacsó, ligados a universidades como a USP, a Federal Fluminense, do Paraná e da Bahia, abriram os espaços da academia para a reflexão sobre a historiografia brasileira em sua faceta pretérita e presente. Com eles, o debate historiográfico foi paulatinamente se consolidando no meio universitário, entre docentes e estudantes, a partir de aulas, cursos, palestras, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e de livre-docência” (FREIRE, Diego José Fernandes. *O passado da história: os historiadores e as historiadoras da universidade de São Paulo e a história da historiografia brasileira na década de 1970*. 254 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2020).

Kátia M. Abud e Raquel Glezer, versando sobre o tema “A pesquisa histórica no Brasil”. O relatório mencionado elencava os problemas nacionais em relação à pesquisa em quatro categorias, sendo elas:

- a) A maior parte dos pesquisadores não é brasileira, mas sobretudo norte-americanos e ingleses;
- b) A maioria das instituições brasileiras não se dedica à pesquisa, mas sim à docência;
- c) Uma grande parte dos pesquisadores nacionais não possui formação científica, ou orientação segura para a pesquisa;
- d) Embora o aparecimento recente de alguns núcleos de pesquisa, o país ressentia-se da ausência de um órgão centralizador, capaz de racionalizar as pesquisas e melhor dispor dos poucos recursos destinados à pesquisa histórica (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 356).

O item (a) apontou a falta de pesquisadores naturalmente brasileiros e o desenvolvimento de pesquisas no Brasil realizadas por pesquisadores estrangeiros. Tais historiadores eram identificados como *brasilianistas*, termo utilizado pela primeira vez em 1969, por Francisco de Assis Barbosa, na apresentação do livro *Brasil: de Getúlio a Castelo*, de Thomas Skidmore. O termo passou a ser utilizado pelos próprios norte-americanos (MOREIRA, 1990, p. 74). Tal linha historiográfica surgiu, principalmente, a partir da década de 1960, quando “[...] o interesse dos norte-americanos se traduziu em numerosos financiamentos para a realização de pesquisas sobre o Brasil” (MOREIRA, 1990, p. 66).¹¹

O item (b) do relatório afirmou que as instituições de ensino não se dedicavam à pesquisa e davam ênfase apenas à docência. Essa questão relaciona-se com a próxima ponderação do relatório, que afirmou que a maioria dos professores não possuía formação para atuar como pesquisadores. Esse ponto remete à implantação das licenciaturas curtas

11 Apesar de a produção *brasilianista* ser profícua em relação à História brasileira, para Regina da Luz Moreira a designação temática desses historiadores estrangeiros interessados na História do Brasil tornou-se pejorativa a partir de reflexões feitas pela imprensa do período, bem como os trabalhos eram frequentemente colocados em xeque em relação à qualidade científica (MOREIRA, 1990, p. 66).

proposta por Newton Sucupira, em 1964. Sucupira afirmou que a proposta possuía caráter emergencial, tendo em conta o *déficit* de professores, que culminaria em um obstáculo ao “progresso”. Durante a ditadura, postulou-se uma visão produtivista da educação, com várias reformas feitas em todos os níveis do ensino. A proposta das licenciaturas curtas fazia parte do pacote e o afastamento entre ensino e pesquisa era então uma política de Estado. Assim, o objetivo proposto por Sucupira era “[...] treinar o maior número de professores com o mínimo de habilitação necessária e no menor tempo possível” (NASCIMENTO, 2012, p. 343). Desde 1946, a Lei de Diretrizes e Bases aprovava dois sistemas de ensino: o secundário, para as Faculdades de Filosofia, e os exames de suficiência. O primeiro visava formar um corpo docente qualificado, enquanto o segundo configurava-se como uma medida emergencial. Sucupira propunha então algumas medidas a serem tomadas pelo governo. Essas consistiam em reunir dados sobre a educação em diferentes partes do Brasil, junto com a promoção de reuniões com os diretores das Faculdades de Filosofia. Ainda seria necessário programar:

[...] cursos intensivos de um a dois semestres destinados a preparar os candidatos ao exame de suficiência. Tais cursos poderiam ser realizados em convênio com as próprias Faculdades de Filosofia ou deslocando equipes de professores para as localidades onde não as houvesse. Neste caso seriam criados centros de treinamento nas regiões mais necessitadas. De imediato poderiam ser programados cursos durante as férias de verão (NASCIMENTO, 2012, p. 344).

Destaca-se que o professor Sucupira não acreditava que as Faculdades de Filosofia conseguiriam suprir a carência de professores, então encontrava justificativa no baixo número de professores formados, além dos baixos pedidos de novos cursos.

Em 1962, nas 81 faculdades contavam-se apenas 11 cursos de Física, 7 de Química, 13 de História Natural e 25 de Matemática. Em 1961 diplomaram-se 51 licenciados em Física, 43 em Química, 225 em História Natural e 137 em Matemática, ao todo 456 licenciados perfazendo 15,1% do todo de 3.011. No mesmo

ano, nos 10 estados das Regiões Norte e Nordeste diplomaram-se 15 licenciados em Matemática e nenhum em Física e Química. Atualmente existem dois cursos de Física e Química para aquelas duas regiões (NASCIMENTO, 2012, p. 345).

Frente a esses dados, seria recomendável que o professor secundário obtivesse uma formação polivalente, lecionando diferentes disciplinas: as letras, que abarcaria, além do português, outra língua “viva”; e os estudos sociais, disciplina na qual seriam reunidas História, Geografia e Organização Social e Política Brasileira, além de ciências e Matemática. Quem lecionasse essas disciplinas poderia habilitar-se definitivamente ao ensino ginásial ou superior. Assim, “o tempo de duração destas licenciaturas poderia ser de três anos. Justifica-se esta redução, uma vez que o Bacharelado preparava indiferentemente o professor e o especialista neste mesmo espaço de tempo” (SANTOS; NASCIMENTO, 2015, p. 145).

Esse processo de formação de licenciaturas curtas promoveu uma cisão ainda maior entre o professor e o pesquisador, um voltado ao ensino e o outro especialista em pesquisa. Tal formação de professores não foi bem recebida por todos. Selva Guimarães Fonseca apontou que a situação da educação se agravava com esse modelo de formação, pois tinha como base a “dicotomia preparação pedagógica/conhecimento específico da disciplina/preparação para a pesquisa” (FONSECA, 1997, p. 25).¹²

Na sequência da ata, foi mencionada a falta de um núcleo centralizador de pesquisas históricas (item d), o que prejudicaria a disposição dos poucos recursos destinados à pesquisa histórica nos anos de 1970 no Brasil, demonstrando haver clareza entre os participantes da importância da legitimação da ANPUH como grupo científico agregador dos historiadores profissionais e dessa aproximação com a SBPC.

Pelas páginas da ata da mesa-redonda “Estado atual da Pesquisa Histórica no Brasil”, vão se delineando também as relações conflituosas que emergiram com a distinção entre professores de História e historiadores, na

12 Déa Felon apontou a oposição aos estudos sociais a partir de 1971, momento de implantação das licenciaturas curtas, que daria a possibilidade de extinguir a licenciatura plena de História. Nesse contexto, Felon lembrou a oposição feita pela ANPUH: “Foi o começo da nossa luta contra estudos sociais, num congresso em Goiânia. A partir disso, nós nos posicionamos. A associação teve uma participação muito forte na luta contra os estudos sociais e eu participei muito disso” (FONSECA, 1997, p. 32).

medida em que se definia que a maior parte dos trabalhos institucionais era dedicada à docência e não à pesquisa, sendo esta última uma especialidade praticada principalmente por estrangeiros, os *brasilianistas*.¹³ Nesse sentido, Francisco Iglésias, dando seguimento às apresentações sobre “A pesquisa histórica no Brasil”, apontava a necessidade de avançar sobre o amadorismo historiográfico e designava essa tarefa principalmente para as Faculdades de Filosofia. O historiador afirmava que, “[...] acerca da crítica que realizara das Faculdades de Filosofia, que estas têm apenas formado o professor de ensino médio, e não historiadores. [...]” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 360).

A fala do referido professor faz eco as tensões que envolviam as ambições de cientificidade e de profissionalização dentro dos departamentos de história das universidades brasileiras. Para Alessandra Soares, as reflexões de Iglésias, “[...] aconteceram no mesmo momento em que os cursos de História foram institucionalizados e ganharam contornos próprios, visando à profissionalização” (SANTOS, 2009, p. 2). Francisco Iglésias fez parte de uma geração, durante as décadas de 1950 e 1960, que se destacou pela profissionalização dos estudos em História no Brasil. Além disso, o professor “[...] reafirmou a necessidade da base empírica, da investigação de arquivo, da prova documental que leva à verdade histórica” (SANTOS, 2009, p. 2). Objetivava, por fim, desvencilhar a História do amadorismo e do autodidatismo.

A ata continuava afirmando que Iglésias destacou também a existência de uma perda de terreno da História para outras Ciências Sociais, motivada, segundo essa fonte: “[...] por culpa, sobretudo do historiador, certa incompreensão do seu papel, e falta de sentido das mudanças operadas recentemente” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 360). Em meio ao debate, a ata endossava a opinião de José Honório Rodrigues, de que “[...] o historiador já nasce feito” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 360).

Por sua vez, José Honório Rodrigues é considerado predecessor de estudos sobre teoria, metodologia e História da história do Brasil, tendo se dedicado a executar um projeto historiográfico que buscava

13 Sobre os brasilianistas ver: BARBOSA, Rubens Antônio; EAKIN, Marshall; ALMEIDA, Paulo Roberto (Org.). *O Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

promover mudanças na produção histórica e do papel desempenhado pelos historiadores no país. O autor dividiu esse trabalho em diferentes frentes de pesquisa, “[...] em bibliotecas e arquivos; na docência desempenhada em diversas instituições; e na feitura e difusão de ensaios dedicados à avaliação das condições de produção e dos resultados dos estudos históricos do Brasil” (UHIARA, 2014, p. 17).¹⁴

Marcos Lobato Martins apresenta Honório Rodrigues como um historiador muito próximo das escritas corográficas, uma vez que compreendia a História do Brasil a partir de partes segmentadas com estereótipos regionais, através de pequenos fragmentos de tempo e espaço, em uma perspectiva de uma história regionalista.¹⁵ Rodrigues teria classificado os sujeitos nascidos em alguns estados brasileiros, dando a eles substantivos relativos aos diferentes modos de viver. Tal traço é visto por Martins como um momento da historiografia em que se escrevia História a partir dos bancos universitários, mas permanecia sob uma sombra das escritas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. A década de 1960 foi um momento de ampliação da produção universitária, acompanhada pelo interesse em historicizar a respeito do período republicano. Na década seguinte, houve um crescente interesse de historiadores estrangeiros em problematizar e discutir o passado brasileiro.¹⁶

Como já apontado, o diálogo descrito na ata é parte de um momento no qual professor e pesquisador de História eram figuras distintas. A reunião realizada nesse evento propunha discutir a pesquisa no país e, nesse ponto de vista, a formação de professores para lecionar no ensino médio era entendida como empecilho para o progresso da ciência histórica, ou seja,

14 A análise da trajetória de José Honório Rodrigues pode ser lida em UHIARA, Érika. *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Franca, 2014.

15 Durval Muniz de Albuquerque Junior, no seu livro *A invenção do nordeste e outras artes*, distinguiu textos historiográficos escritos à luz do conceito de região daqueles que versam a partir da ideia de regionalismo. A noção de região não se prende a fronteiras geográficas, ao contrário da escrita regionalista, que forja uma região geográfica e que contribui para “[...] legitimá-la, atribuir veracidade, dando a ela uma História, tentando lhe dar, inclusive, uma base material. Em vez de questionar a própria ideia de região e a teia de poder que a instituiu, ela questiona apenas determinadas elaborações de região, pretendendo encontrar a verdadeira” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 36).

16 O IHGB foi instituído em 21 de outubro de 1838 e os membros não precisavam necessariamente ser formados em Geografia e História. As escolhas dos membros ocorriam a partir das relações sociais. O IHGB, apesar de ser um projeto português no Brasil pós-colonial, não buscou a escrita de uma História que rompesse com a antiga metrópole.

era compreendida antagonicamente em relação à formação universitária de pesquisadores. Reforçava-se assim uma visão dicotômica e até mesmo hierárquica dentro da profissão.¹⁷

De acordo com as avaliações de Margarida Maria de Oliveira (2003, p. 38-39) até os anos de 1960, o ensino foi visto pelos pesquisadores apenas como área de formação, não observando seu aspecto de pesquisa. Para a autora,

[...] na visão dicotômica da total separação entre ensino e pesquisa, o primeiro foi associado estritamente, às ditas questões pedagógicas. Estas por sua vez, restringidas aos cursos de licenciaturas, e, nestes às disciplinas assim denominadas “**pedagógicas**”, nas quais, segundo essa visão, deveriam ser debatidas e resolvidas as questões relativas ao **ensino**. (grifos no original)

Na explanação de Oliveira, as noções inerentes ao ensino ficavam designadas apenas à área de licenciatura, não tendo associação com as questões ligadas à pesquisa ou com as tarefas que o historiador exercia enquanto pesquisador. Outra noção apresentada pela autora versou sobre a transferência, nos anos de 1970, dos assuntos pertinentes ao ensino relacionados aos cursos de pós-graduação em Educação. No entanto, apesar de terem sido ampliadas as possibilidades de pesquisa em cada área, “[...] **sobre o que e como ensinar o produto desse conhecimento** foi tratada como uma questão menor, desvalorizada, menos nobre” (OLIVEIRA, 2003, p. 39, grifos no original). Maria do Carmo Martins sugeriu que a distância construída entre o professor e o pesquisador foi uma construção longa, vinda do final do século XIX. Assim,

17 Tal divisão interna da profissão contribuiu para a ruptura dentro do grupo da ANPUH e para a criação da SBPH. Essa última surgiu a partir de desentendimentos entre uma parcela de historiadores que participavam da ANPUH e discordaram da abertura da referida associação para alunos de graduação e professores dos níveis médio e fundamental. Tal grupo temia uma possível queda na qualidade das pesquisas. A querela resultou em pelo menos dois rompantes nas reuniões anuais da ANPUH, uma em 1977 e outra em 1979, na UFSC e na UFF, protagonizados pelas professoras Cecília Westphalen e Maria Beatriz Nizza da Silva, respectivamente. Em 1981, a SBPH foi fundada oficialmente. Sobre isso, ver: SILVA, Bruna. *Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)*. Tese (Doutorado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2019.

[...] a constituição de um sistema de ensino que demandava muito mais dos professores do que anteriormente facilitou a ampliação desse distanciamento, uma vez que exigia o aumento da formação profissional, realizado em tempo reduzido. Por outro lado, tal distanciamento resultou numa interrupção ou, ao menos, numa dificuldade de comunicação entre historiadores e professores de História para o ensino fundamental e médio (MARTINS, 2000, p. 99).

A partir dessa interpretação, a lacuna entre o que Martins denominou de professores, de um lado, e historiadores, de outro, se deu pela formação de um princípio de ensino que exigiu mais profissionalmente em menos tempo, o que teria resultado numa interrupção na comunicação entre as duas subdivisões desses profissionais.

Na sequência da ata, os professores demonstraram, em suas falas, grande preocupação com a preservação dos arquivos e documentações. Nesse sentido, Maria Conceição Martins Ribeiro (FAFIG-Rio Claro) sugeriu a inclusão das disciplinas de Moral e Cívica e Estudos dos Problemas Brasileiros para a “[...] defesa do patrimônio histórico e artístico nacional” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 360). A inserção dessas disciplinas já estava sendo discutida no país pelo menos desde a aprovação do decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, e que ficou disposta no artigo 2º a instituição

[...] em todos os sistemas de ensino, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, visando à formação do caráter do brasileiro e ao seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores morais da nacionalidade (DECRETO LEI 68.065, de janeiro de 1971).

O decreto versou, de maneira incisiva, a respeito da instituição da disciplina Moral e Cívica, com o intuito de talhar o caráter do cidadão brasileiro, com vistas a moldar um sentimento de nacionalidade. A fala de Ribeiro, no entanto, voltou-se para a utilização das disciplinas de maneira a auxiliar na preservação da memória através de monumentos e materiais

artísticos. Na ata, não foram encontradas falas que problematizavam a inserção dessas disciplinas no ensino brasileiro.

Em um tom mais colaborativo em relação às Faculdades de Filosofia, mas especificamente sobre a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, Eurípedes Simões de Paula apresentou um relatório sobre as contribuições dessas Faculdades para a historiografia brasileira, abordando a presença de professores estrangeiros para a formação dos professores daquela instituição, pois “foi graças à influência e à orientação desses professores que foi o ensino de História, naquela Universidade, mais dirigido para os estudos econômicos e sociais” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 362). No entanto, José Honório Rodrigues, criticando, afirmou que havia a existência de “[...] currículos rígidos dos Cursos de História nas universidades brasileiras e o ensino tradicionalista ali ministrado, [afirmou ainda] que a história do Brasil deve constituir a cadeira básica, o núcleo central dos cursos de História” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 362).

A produção historiográfica acadêmica estava passando por profundas transformações e, aos poucos, o local social de produção ganhava novos contornos e aspectos acadêmicos. Primeiro, com o afastamento das produções do IHGB e, depois, durante a década de 1970, com os primeiros cursos de pós-graduação em História e com o consequente crescimento das pesquisas científicas. Havia então preocupação dos historiadores em refletir constantemente sobre a documentação, os arquivos, os métodos e técnicas do ofício.

Comunicações de historiadores na XXIII Reunião Anual da SBPC: temas e problemas

Através das comunicações apresentadas na XXIII Reunião Anual da SBPC, em 1971, pode-se ter uma perspectiva dos caminhos então trilhados pelos pesquisadores/professores de História presentes. A primeira das seis comunicações registradas na ata foi a de um trabalho científico intitulado de “A disciplina técnica de pesquisa e sua contribuição ao ensino de História e de sua metodologia no Brasil”. O trabalho tinha por

objetivo dirimir uma suposta confusão identificada pela autora, Célia Freire d'Aquino Fonseca (UFRJ), a respeito das disciplinas Didática da História e Metodologia da História. Segundo a ata, seria necessário reformular a maneira de ensinar, principalmente Metodologia da História, para evitar o ensino “verbalístico e monótono” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 365).

A seguinte reformulação teria acarretado a proposta para aperfeiçoar o ensino com a introdução de outra disciplina, intitulada “Técnica de Pesquisa em História do Brasil”, nas grades dos cursos de História e, além disso, “[...] a publicação pelo MEC de coleções de documentos históricos; a fundação de Centros de Pesquisa junto às cadeiras de História do Brasil, e a instalação de Pós-Graduações em História” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 365).

Fonseca partia de questões relacionadas à pesquisa histórica como maneira de aperfeiçoar as formas de ensinar os alunos dos cursos de História a serem professores. Nesse sentido, considerou relevantes as publicações de documentos históricos e fundações de centros de pesquisa. Na perspectiva da autora, a pesquisa documental foi compreendida como solução para melhorar o ensino de História em sala de aula para os futuros professores.

A referida proposta teve apoio de Cecília Westphalen (UFPR), pois a disciplina “[...] Métodos e Técnicas de Pesquisa, [...] [estava], desde o ano letivo de 1968, [...] em funcionamento, com 4 semestres letivos, no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, [...] com real proveito e máximo interesse por parte dos estudantes” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 365). As interferências de Westphalen demonstram não apenas a opinião de um grupo de professores e pesquisadores, mas também uma postura pessoal e do Departamento de História da UFPR, ao qual Westphalen pertencia, bem como as interferências dos demais presentes.

Em seguida, Gilka Vasconcelos (UFG) apresentou o trabalho “A pesquisa histórica em Goiás”. Os autores da ata relataram que a apresentadora remeteu às origens da historiografia em Goiás, com vistas às narrativas de viagens. Ela também comunicou as reformulações no curso de História em Goiás, que estariam sendo “[...] programadas pelos professores das duas Universidades de Goiás” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 365). Mencionou a existência de arquivos para consulta documental naquele estado. Após a apresentação de Vasconcelos,

encontra-se a descrição de intervenção feita por José Honório Rodrigues (ABL), que lamentava a falta de dados a respeito de historiógrafos goianos e, também, a intervenção de Odilon Nogueira Matos (PUC-Campinas), acrescentando dados relacionados à apresentação de Vasconcelos.

A comunicação seguinte, de Anita Novinsky (USP), foi destinada ao tema “Os cristãos novos no Brasil”, que, além de problematizar a questão proposta, elencou a bibliografia já existente e afirmou que a pesquisa de documentos em acervos portugueses poderia trazer à tona informações desconhecidas, incompletas e até mesmo errôneas sobre o tema. Por conseguinte, a pesquisa empírica era novamente destacada como fundamental para a cientificidade do conhecimento histórico

Em seguida, Jeanne Berrance de Castro (FAFIG – Rio Claro) apresentou a comunicação, com Júlia Maria Leonor Scarano (FAFIG – Rio Claro), “O treinamento em pesquisa histórica em um curso de Ciências Sociais”. As autoras consideravam que os alunos de Ciências Sociais gozavam de vantagens em detrimento do relacionamento com a História e outras ciências do homem. Esclareciam ainda a respeito da função do professor de História no que concernia ao levantamento, à conservação e à utilização das fontes, “[...] não para micro-história, mas para um relacionamento em história local e história global, constituindo a primeira um modelo para a compreensão dos problemas nacionais” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 367).

A respeito dessa citação, é possível levantar algumas questões que dizem respeito à utilização de conceitos. Berrance de Castro mencionou o termo *micro-história* que, em um primeiro momento, parece estar deslocado temporalmente, uma vez que grande parte da literatura sobre o assunto e o uso dessa metodologia na Itália tiveram início em torno da revista *Quaderni Storici*, em 1969. A revista foi fundada por Alberto Caracciolo, em Ancona.

Futuramente, o periódico passou para outros organizadores, como Eduardo Grendo, Carlo Poni, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg. No entanto, o conceito de *micro-história* foi utilizado anteriormente e em outras partes do mundo antes da Itália. O próprio Carlo Ginzburg fez menção à gênese do termo em *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso fictício*. Assim, George R. Stewart, nos Estados Unidos, teria sido o primeiro a usar o termo, em 1959; Stewart escreveu o livro *Not so rich as you think*, publicado em 1967.

Houve também a publicação de Luiz Gonzáles y Gonzáles, no México, que usou o termo em sua obra *Uma aldeia em tumulto*, em 1968.¹⁸ Contudo, Berrance de Castro e Scarano se referiam à substituição do uso da micro-história como prática para o desenvolvimento de uma história local que pudesse ser relacionada com história global, pensando a história local para a contribuição de discussões sobre problemas nacionais, não rompendo com a tradição das monografias regionais francesas (REVEL, 1998, p. 18).

Percebe-se na comunicação das autoras que o objeto principal da pesquisa histórica continuava a ser a nação e seus “problemas nacionais”, ancorando as novas reivindicações de cientificidade para a historiografia em um modelo estabelecido desde o século XIX na historiografia europeia.

Para Marco Lobato Martins, “somente na virada da década de 1970 para 1980, a expansão da pós-graduação no Rio de Janeiro, e depois para além do eixo Rio-São Paulo, promoveu o início do esforço para livrar a historiografia brasileira das tentações reducionistas [...]” (MARTINS, 2008). Para além de uma escrita com interesse geral, a História passou a ser pensada pelo viés científico, com incentivo à criação de mais arquivos e à organização das fontes. Portanto, a ata reflete os caminhos que a historiografia brasileira estava trilhando, entre uma escrita regional e global, ao passo que as pesquisas históricas saíam do domínio dos institutos e as universidades buscavam tomar para si o assunto. Nesse sentido, foi durante a passagem dos anos de 1970 para os de 1980 que houve a ampliação de interesse pela história local, com o aumento das universidades pelo Brasil (MARTINS, 2008).

Por fim, voltando a discutir as comunicações feitas na reunião, Ana Maria de Almeida (USP) falou sobre “A Hemeroteca Júlio Mesquita no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”. Apontou a falta de arquivos de periódicos no estado e destacou o acervo de periódicos arquivados no referido instituto. Por fim, Eurípedes Simões de Paula (USP) afirmou que

18 É possível retroceder ainda mais na bibliografia a respeito do uso do conceito micro-história. “[...] pode-se enfatizar que González já havia lido sobre a micro-história no *Traité de sociologie* organizado por Georgez Gurvitch. Braudel também já havia mencionado a micro-história, contudo, com certa negatividade. Cita-se também o livro *A tabela periódica* do italiano Primo Levi. *Zaharofflecture*, de Richard Cobb, que se utiliza das palavras de Raymond Queneau em contraposição aos fatos cotidianos, Cobb não expõe explicitamente micro-história, e sim, a historiografia menor” (REIS; JUNIOR; CHAVES *et al.* *Micro-história*. Disponível em: <http://escoladosruralis.blogspot.com.br/2011/12/micro-historia.html>. Acesso em: 12 jan. 2022).

o Centro de Documentação do Departamento de História da Universidade de São Paulo já havia microfilmado periódicos do Rio Grande do Norte e estavam disponíveis para pesquisa (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 367)

Analisando as comunicações como um todo, nota-se a preocupação em apresentar os locais e as ações que visassem à preservação, ao arquivo e à disponibilidade para pesquisa de documentos. Como foi o caso da apresentação sobre cristãos novos no Brasil, pois Anita Novinski (USP) preocupou-se em mencionar a falta de documentos sobre o assunto no país. Além do mais, houve interesse em comunicar a mudança de currículos, os quais davam primazia para o ensino de metodologias para pesquisas em História. Diante dessas explicações, ao final das considerações descritas na ata, foram elencadas três avaliações sobre os problemas da pesquisa histórica no Brasil. São elas:

1ª) O problema básico da pesquisa histórica no Brasil está na situação deplorável em que se encontram seus arquivos. Daí o apelo formulado para a concretização de uma política nacional de Arquivos e de um Projeto Nacional de Levantamento e Arrolamento de Arquivos;

2ª) A história do Brasil deve constituir o centro das preocupações dos pesquisadores nacionais;

3ª) Estes deverão, com a devida formação e treinamento, empregar novas técnicas postas à disposição do historiador pelo progresso da Ciência contemporânea (WESTPHALEN, MEQUELUSSE, 1971, p. 367).

As preocupações foram direcionadas ao tema da pesquisa, que, para os professores presentes na reunião, estavam depositadas nas condições nas quais se encontravam os arquivos na década de 1970 no Brasil. O segundo aspecto apontado foi a falta de preocupação com o tema História do Brasil nas pesquisas nacionais e, por fim, os historiadores deveriam comprometer-se em empregar técnicas mais apuradas de pesquisas a fim de alavancar o progresso da ciência histórica no país. A nação, os documentos e as técnicas, assim como a cientificidade da pesquisa histórica proposta na reunião da SBPC em Curitiba, não avançavam muito em relação aos paradigmas estabelecidos pelos historiadores franceses ao final do século XIX.

Partindo dessa premissa, a reunião de duas associações em um mesmo evento, a Associação Nacional de Professores de História – ANPUH – e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, proveio da união de interesses oriundos de seus espaços próprios. Por um lado, os professores presentes naquela reunião estavam primando pela pesquisa empírica na área histórica. O encaminhamento das falas expostas na ata aqui analisada apresenta as preocupações deste grupo de historiadores em construir as bases do campo histórico brasileiro nos anos 1970, reforçando, sobretudo, o seu estatuto científico, pautado na produção de conhecimento através de métodos de pesquisa documental, que deveriam ser ensinados nas universidades, afastando o ensino de História da repetição de conhecimentos e da narrativa de efemérides, para se ter sucesso nesse projeto de História como ciência em progresso era necessário seguir a lei tácita da profissão: ir aos arquivos. Por outro, a SBPC sedimentava seu espaço de atuação científica e política reforçando seu quadro de sócios e ampliando a abrangência no território nacional, fortalecendo o espaço do conhecimento científico mesmo diante da política ditatorial da época.

“Não há História sem documentos” : os arquivos

A frase acima, escrita por Samaran em 1961 e citada por Le Goff (1990, p. 540), ecoa em sintonia com os debates sobre a pesquisa histórica no Brasil realizada na XXIII Reunião Anual da SBPC em 1971. Como apontou Regina da Luz Moreira, entre os anos 1950 e 1960 a preocupação com os acervos documentais era restrita a poucas vozes. Uma dessas vozes era a de José Honório Rodrigues, especialmente para levar a cabo estudos sobre períodos mais recentes da História do Brasil, pois que eram necessárias fontes que possibilitassem pesquisas do período republicano brasileiro (MOREIRA, 1990, p. 66). Não por acaso, a partir de 1970 surgiram no Brasil os primeiros centros de documentação voltados para a pesquisa histórica. Alguns podem ser mencionados, como o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Campinas – UNICAMP, em 1971; o Centro de Memória Social Brasileira do Conjunto Cândido Mendes, em 1972; o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea

do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, em 1973 e, também, a Fundação Casa Rui Barbosa, que passou por revitalização nesse período. Para Claudio Moreira Bento, a primazia desses novos arquivos referiu-se à preservação de documentos contemporâneos e privados (BENTO, s.d.).

Em 1972, o Exército Brasileiro foi incumbido de reunir documentos históricos pelo Brasil, contando com o apoio do Projeto Rondon. Segundo Cláudio Moreira Bento, então presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil:

Baseado no fato de que sem documento não há História, o Projeto Rondon procedeu a um levantamento de todos os arquivos no território nacional, de 1972 a 1974. [...] Em 1971 coordenamos o Projeto Rondon nos Guararapes, integrado por universitários da área de ciências humanas e 5 cadetes com vistas a pesquisarem aspectos relacionados com a Insurreição Pernambucana, originando a publicação do livro Projeto Rondon nos Guararapes, contendo as conclusões das pesquisas por eles realizadas cujos detalhes constam em nosso depoimento no volume 4 do Projeto Rondon, História Oral (BENTO, s.d.).

O envolvimento do Exército Brasileiro na coleta e na conservação e documentos históricos e a aproximação com professores universitários merece atenção, já que a produção da História tem por base a análise e a crítica documental. É sabido que tanto a História como a conservação de documentos não são atividades imparciais. Portanto, essa aproximação ocorrida em um dos momentos mais tensos da política brasileira visava, também, à construção de uma história da instituição, dando prioridade a elementos patrióticos. Esta aproximação ganha sentido quando, ao fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, Maria Beatriz Nizza da Silva (USP) e Cecília Westphalen (UFPR) procuraram fundar uma sociedade histórica com o objetivo principal de não envolver política em suas pesquisas.¹⁹

19 Sobre as críticas feitas por Cecília Westphalen ao final dos anos 70 em relação ao posicionamento político da SBPC, bem como da ANPUH, ver: SILVA, Bruna. *Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)*. Tese (Doutorado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2019.

O levantamento da documentação possibilitou o arquivamento de fontes para futuras pesquisas. Ainda em 1972 aconteceu o I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Nesse mesmo ano, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – anunciou contrato com Stanley Hilton, professor do Departamento de História do Williams College, de Massachussets, EUA, visando à implantação do Centro de Estudos de História Contemporânea do Brasil, ligado ao Arquivo Nacional (MARTINS, 2008).

A respeito desse momento da produção historiográfica brasileira, o estudo de Rebeca Gontijo (2011) lança algumas luzes que podem ajudar a refletir a respeito da reunião de professores sobre a pesquisa histórica brasileira. No texto “A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita”, a autora elencou traços que considerou importantes sobre três figuras que tiveram suas produções difundidas no país. Dentre elas, encontramos dois nomes que estiveram presentes na XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em 1971: José Honório Rodrigues e Francisco Iglésias. Esse último teria pesquisado e classificado, posteriormente, a obra de Rodrigues. Rodrigues tinha grandes objetivos para o percurso que a historiografia brasileira deveria seguir. No livro *Teoria da História do Brasil*, publicado em 1949, a introdução deixa claras essas questões:

[...] dar aos alunos uma ideia mais exata do que é a história, de seus métodos e de sua crítica, da historiografia e da bibliografia brasileiras, de modo a prepará-los para um conhecimento crítico da história do Brasil. [...] Há assim um fim pedagógico [...] procura-se oferecer aos estudantes de história geral e do Brasil, aos professores secundários, aos estudiosos ocupados com a história concreta, uma visão de conjunto dos principais problemas da metodologia da história (RODRIGUES, 1978, p. 11, *apud* GONTIJO, 2011, p. 4).

A preocupação não se restringia a ensinar sobre o que se tratava a História, mas também os métodos para a sua produção, bem como a sua repercussão. Essa explicação expandia-se até os professores secundários e alunos, visando expor os problemas da metodologia da História. Ou seja,

havia aí uma preocupação não apenas em ensinar, mas em resolver questões metodológicas, que começavam com a documentação da produção do conteúdo histórico.

Ainda segundo as explicações de Gontijo, Rodrigues propôs linhas gerais para que a historiografia brasileira fosse interpretada. Tal interpretação necessitava de uma função crítica, já que Rodrigues considerava que a historiografia brasileira estava, naquele momento, longe dos interesses nacionais. Assim, “[...] essa historiografia a ser ultrapassada só tem olhos para a história colonial, não sendo capaz de desenvolver o seu oposto: a história nacional” (GONTIJO, 2011, p. 5). O objetivo ficava em torno do estabelecimento de um pensamento genuinamente brasileiro e esse modelo de historiografia perdurou por uma grande parcela de tempo, sendo referência obrigatória nos cursos de História até, pelo menos, os anos finais do regime militar.

Assim, as reflexões sobre a necessidade de alocar, proteger e promover dispositivos para que a documentação sobre a história do Brasil ficasse assegurada configurava uma questão proeminente, haja vista que sem documentos não há produção do conhecimento histórico. Durante a reunião realizada em Curitiba, as discussões giraram em torno da falta de documentos no Brasil. Foi mencionado que, muitas vezes, havia documentações brasileiras alocadas no exterior, dificultando a consulta (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 367). Assim, considerando traços dessa historiografia proposta por José Honório Rodrigues, preservar a documentação e tornar acessíveis arquivos documentais pelo país se tratava de problemas a serem resolvidos.

A referida reunião tratou de uma união de traços que levaram esses sujeitos a colocarem em relevo a necessidade da pesquisa histórica brasileira, congregando dois grupos distintos: um ligado à História e outro ao progresso da ciência, ou seja, História e ciência foram debatidas num mesmo espaço e num mesmo momento. No entanto, ao mesmo tempo em que se desejava fugir da influência da produção da historiografia praticada pelo Instituto Geográfico Brasileiro – IHGB, voltada para o regional e de obras de cunho amador, a análise de Martins (2008) propõe que em obras de professores ligados à ANPUH, como Francisco Iglésias e Alice Piffer Canabrava, houvesse preocupação com a história local em um momento em que as explicações gerais tomavam conta do espaço acadêmico. Esse aspecto aproxima as pesquisas das corografias, porém, a escrita possui fundamentações documentais, dando aspecto científico aos trabalhos

escritos. Apesar do espírito do IHGB ainda pairar sobre a escrita da História, a reunião procurou fundar uma nova proposta baseada na cientificidade, afinal, estava incluída na SBPC e era por ela chancelada, antes mesmo da aproximação oficial publicada em 1977 nos Anais da ANPUH.

Os professores ali presentes mostravam-se desejosos em construir um paradigma de escrita da História que se desvinculasse do amadorismo, afirmando e reafirmando a universidade como um espaço prioritariamente de produção do saber científico, abandonando o antigo local de produção do conhecimento histórico, na tentativa de transformar o ensino nas universidades, principalmente nas Faculdades de Filosofia. Distinguir o professor do pesquisador significava aprofundar as pesquisas a partir da investigação documental. Portanto, dar primazia aos arquivos históricos e à facilitação de acesso aos documentos era uma necessidade iminente.

Pesquisa científica versus ensino: distinções, lugares e hierarquias

A aproximação da ANPUH com a SBPC parece ter sido um ponto estratégico para solucionar um problema diagnosticado desde o I Simpósio da Associação que viria a ser a ANPUH, a então APUH, em 1961. É possível observar nas documentações referentes aos primeiros simpósios da ANPUH que havia a preocupação em tratar do isolamento da disciplina histórica perante as demais áreas do conhecimento científico.

Em uma das reuniões ocorridas no I Simpósio dos Professores Universitários, em 1961, portanto, dez anos antes da reunião problematizada anteriormente, Westphalen lamentou “[...] o isolamento da História ante as Ciências Humanas e [mencionou sobre] [...] o maior entrosamento com as ciências sociais” (SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1961, p. 98). Em outro momento, novamente tratando do diálogo que a disciplina histórica deveria exercer, o I Anais, da ainda

APUH²⁰, trouxe a seguinte assertiva que teria sido dita por Westphalen: “Acho que a Faculdade de Filosofia deve, também, cuidar da formação dos pesquisadores, com o mesmo carinho que o faz com relação aos professores secundários” (SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1961, p. 156) Comparando os trechos descritos e publicados em diferentes periódicos da ANPUH, de Canabrava (1981) e Westphalen (1961), o primeiro na *Revista Brasileira de História – RBH* – e o segundo nos anais, conjectura-se que a ANPUH trazia em seu bojo vozes dissonantes, pelo menos no que diz respeito ao papel das Faculdades de Filosofia. Para Westphalen, as faculdades não direcionavam atenção suficiente para a formação do pesquisador em História.

No II Simpósio da, ainda, APUH, em Curitiba, no ano de 1962, Westphalen insistiu em substituir o amadorismo pelo profissionalismo. Nas palavras da historiadora: “[...] fazer viver o estudo e a pesquisa histórica em plano outro que não o da erudição e do diletantismo, bem como o verdadeiro espírito científico que deve animar as Universidades Brasileiras” (WESTPHALEN, 1962, p. 22). Westphalen via na mudança de métodos utilizados pelos historiadores o caminho para se chegar a uma História denominada como científica, espírito que nortearia as universidades do país, preferindo essa àquela formação de “professores secundários”.

Nesse trecho de discussões dos professores presentes no II Simpósio da APUH, Westphalen entendia como necessária a qualificação das pesquisas com o espírito científico. Não se pretende alongar discussões em relação a divergências e posicionamentos nos anais da ANPUH, apenas apontar questões que mais tarde culminaram na criação de outro grupo de pesquisa: a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH. Em relação aos posicionamentos publicados nos anais da ANPUH, Paulo Thiago Santos Gonçalves delineou as discussões até o momento em que despontaram assuntos sobre o projeto de História. Para Gonçalves (2014, p. 288):

20 Na reunião em Marília, em 1961, a associação recebeu a sigla de APUH. Em 1971, foi alterada para ANPUH – Associação Nacional de Professores de História. A partir de 1993, passou a ser denominada Associação Nacional de História, mas preservando a sigla ANPUH. Disponível em: <http://anpuh.org.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 14 jan. 2022.

Na memória construída sobre a Associação, investiu-se na ideia do coletivo, do sentimento de grupo, de pertencimento para a coesão entre os integrantes da Associação. Não por acaso, Eurípedes Simões de Paula referiu-se em Marília a uma “consciência associativa” que já teria nascido no I Simpósio, em Marília.²¹ Tal consciência teria se desenvolvido a partir do esforço de “um grupo de idealistas” que assumiu a tarefa de fazer a associação crescer [...]

Nesse contexto, também se falou sobre a intensa reivindicação pelo regime de tempo integral nas universidades, tempo este dedicado às pesquisas dos professores, que estava possibilitando novas atividades nas instituições de ensino do país, vistas como essenciais para a realização da pesquisa histórica.

Porém, passados vinte anos da fundação da ANPUH e dez anos de sua aproximação com a SBPC, no texto de apresentação da primeira edição da *Revista Brasileira da História*, em 1981, a então presidente da ANPUH evidenciou a abertura da Associação para todos os licenciados que desejassem colaborar através dos Simpósios e Núcleos Regionais. Canabrava (1979/1981, p. 4) prosseguiu:

Em consonância com os objetivos das instituições de origem, a atividade dos membros da Associação tem caráter profissional, com exercício regular nos estabelecimentos do ensino superior e médio, público e particular. O regime de tempo integral nas universidades – aspiração permanentemente reivindicada – vem permitindo a uma parcela de professores dedicar-se ao ensino e à pesquisa da história.

21 Embora Gonçalves entenda que a memória da ANPUH tenha sido construída através de uma consciência associativa com raízes na reunião fundadora, que ocorreu em Marília, em 1961, o curso de História foi fechado naquela cidade e transferido para as cidades de Assis e Franca, no Estado de São Paulo. Não foram encontradas informações a respeito dos motivos que levaram ao fechamento do curso naquela cidade e à transferência e permanência nas cidades de Assis e Franca. Sabe-se que, 17 anos depois da criação da ANPUH, foi criado “em 1978 o Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, *Campus* de Assis”. Cf. <http://www.assis.unesp.br/#!/pos-graduacao/cursos/historia/apresentacao-do-programa/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

A presidente da ANPUH pontuava o caráter profissional dessa associação em relação aos estabelecimentos de ensino. Tal função estaria sendo possibilitada pelas permanentes reivindicações frente ao governo federal em prol da manutenção do regime de tempo integral dos professores nas universidades federais.

Havia um interesse do governo ditatorial brasileiro em aumentar o número de pós-graduações oferecidas no país. Essa decisão não ocorreu por acaso, tratava-se de uma posição do governo militar, pois, segundo Lúcia de Assis Alves (2005, p. 25), a “[...] pulverização das faculdades isoladas não possibilitava a mobilização política dos estudantes nas instituições públicas do país”. No entanto, a falta de corpo docente qualificado com produção científica, que atendesse aos requisitos para a implantação das pós-graduações, levou ao desenvolvimento da pesquisa no país com a criação da garantia do Regime de Tempo Integral e a Dedicção Exclusiva – DE, no fim da década de 1960. A bolsa para a realização do curso de pós-graduação era oferecida fora do país, com liberação de verbas do governo através de duas agências de fomento, a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, criados em 1951 (ALVES, 2005, p. 27).

Esta autora (2005, p. 27) refletiu sobre as instituições de onde nasceram os grupos de pesquisa, suas revistas e instituições de apoio, assim como a Universidade de São Paulo – USP – e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, que congregaram em torno de si interesses e pesquisadores. A autora entendeu que a institucionalização da pesquisa científica nas universidades fez parte do desenvolvimento industrial e educacional do Brasil.

A dedicação exclusiva não foi uma oferta e sim uma reivindicação que não estava baseada apenas na consolidação científica da pesquisa, mas também era um incentivo salarial. No entanto, o que de início era uma complementação com bolsa sem descontos nos encargos salariais, em 1974 passou a ser uma complementação salarial incorporada aos vencimentos devido às várias perdas salariais que os professores universitários estavam sofrendo (ALVES, 2005, p. 40).

No já citado texto de autoria de Alice Canabrava, publicado na primeira edição da RBH, em 1981, que retoma a fundação da ANPUH e comemorava os 20 anos da associação, a historiadora se referiu a ambos os profissionais – professor e pesquisador – como pilares daquela associação, mesmo que atuando separadamente. Canabrava, ainda, abordou

a necessidade de a universidade atender as demandas sociais, como os crescentes interesses por questões políticas e de participação na ANPUH.

Por outro lado, verifica-se que desde os primeiros posicionamentos de Cecília Westphalen, no I e no II Simpósios da APUH, ocorridos em Marília (1961) e Curitiba (1962), sempre se manteve a firme opinião de que preservar a qualidade das pesquisas históricas era dar à disciplina o seu devido espaço nas universidades brasileiras. Quando Westphalen (1962, p. 22) esteve à frente do II Simpósio da APUH, realizado na Universidade Federal do Paraná – UFPR, assim discursou:

Reunindo profissionais da História, em grau universitário, por certo ela irá orientar os estudos históricos, em nosso meio, com a seriedade e o nível compatíveis com o verdadeiro espírito científico que deve animar as Universidades brasileiras. Ouso dizer que a História tem estado ausente da Universidade brasileira, desprestigiada e relegada mesmo a um plano secundário, sufocada pela atenção que se tem dado quase que unicamente às ciências práticas e objetivas.

Westphalen delineava assim o sentido que a associação deveria seguir, ou seja, ser redentora da História em relação às ciências, entendida como uma prática de grau universitário entre profissionais. Nesse espaço, a pesquisa histórica referencial seria a base da redenção. A preocupação destacada pela professora eram a pesquisa e as normas que deveriam ser seguidas. Westphalen sugeriu, ainda, que a ANPUH fosse um grupo científico com sessões de estudos organizadas, já que a associação deveria dar primazia à pesquisa de qualidade, com pesquisadores “gabaritados” (WESTPHALEN, 1962).

Assim, quanto da realização da reunião sobre o “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”, na XXIII Reunião Anual da SBPC, em 1971, percebe-se que os pontos centrais para a organização da pesquisa científica em história no Brasil permaneciam no discurso da historiadora e seriam eles: exigir o fomento da pesquisa nas faculdades, viabilizar os arquivos e o acesso aos documentos, bem como a formação de pesquisadores. Para Westphalen, ensino e pesquisa eram tarefas designadas a profissionais diferentes e a pesquisa deveria se tornar o centro das atenções nas instituições de ensino superior no Brasil.

Considerações finais

Falar dessas relações, escolhas e hierarquias é buscar mostrar os ruídos da produção do conhecimento histórico, compreendendo assim a sua própria historicidade em suas práticas e problematizações, lembrando Pierre Bourdieu (2014, p. 20) e o conceito de *campo* justamente para evidenciar que a ciência não é uma “espécie de partenogênese”, ou seja, não é produzida para além dos limites sociais. Portanto, a produção científica é realizada em grupos, entre pares, sofrendo as tensões próprias do seu *campo* e do seu *lugar*.

Para refletir sobre as bases sociais da produção científica, cabe retornar a Michel de Certeau (1982, p. 70), quando esse definiu que: “O discurso ‘científico’ que não fala da sua relação com o corpo social é, precisamente, o objeto da História. Não se poderia tratar dela sem questionar o próprio discurso historiográfico”. De maneira convergente, Ginzburg (1989, p. 178) é assertivo quando aponta que a História tem um estatuto científico frágil, porém, com resultados relevantes. Assim, para os historiadores filiados à ANPUH conseguir a chancela de uma sociedade científica, a SBPC, fundada com um estatuto científico forte, era uma estratégia para delimitar e prescrever o seu espaço de atuação, produção e, quiçá, de financiamento às pesquisas, no momento mais duro e repressivo do período ditatorial brasileiro no início da década de 1970.

A pesquisa aqui exposta demonstrou que a História foi entendida como uma ciência baseada na pesquisa empírica através dos documentos e ela não seria semelhante ao ensino de História, praticado e entendido como repetitivo nas escolas. De um lado estavam os professores universitários, que ainda davam nome à sigla da ANPUH, e, de outro, professores secundários, categorizados em uma relação hierárquica. A própria luta pelo estatuto científico do grupo reforçava essa hierarquia e uma distinção perversa das relações e práticas que se formularam em sala de aula, sobretudo a respeito da capacidade de serem produtoras de conhecimento científico e sujeitos de sua própria História.

Fontes

ATA DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 1948. Disponível em: <http://sbpcacervodigital.org.br/handle/20.500.11832/2190>. Acesso em: 27 mar. 2022.

BOTELHO, A. J. The professionalization of Brazilian scientists, the Brazilian Society for the Progresso of Science (SBPC), and the State (1948-1960). *Social Studies of Science*, v. 20, 1990.

CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, 1979/1981.

CIÊNCIA E CULTURA. DASBPC. São Paulo, v. 1, n. 2, 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003069&pagfis=47>. Acesso em: 26 mar. 2022.

DE PAULA, Eurípedes Simões. *Anais do IX Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História*. São Paulo: ANPUH. 1977.

DECRETO-LEI 68.065, de janeiro de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2016.

REIS, José Carlos. As reuniões sexta-ferinas. *O Biológico*. São Paulo, 1977.

SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1. Marília: APUH, 1961.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Lúcia de Assis. *Dedicação exclusiva e pesquisa na universidade: o caso da UERJ*. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

BENTO, Cláudio Moreira. *Memória sobre o culto da história, das tradições e valores no exército* – atualidade. Disponível em: http://www.ahimtb.org.br/memoria_historia.htm. Acesso em: 15 set. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2014.

CANABRAVA, Alice P. Associação Nacional dos Professores Universitários de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 1, n. 1, p. 2, 1979/1981.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. v. 1. Ouro Preto: UFOP, 1982.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas: Papirus, 1997.

FREIRE, Diego José Fernandes. *O passado da história: os historiadores e as historiadoras da universidade de São Paulo e a história da historiografia brasileira na década de 1970*. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2020.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Paulo Thiago Santos. *Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico (1961-1977)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GONTIJO, Rebeca. A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI., São Paulo, julho 2011. *Anais...* São Paulo, 2011, p. 4. Disponível em: 1300912250_ARQUIVO_ANPUH2011TextoRebecaGontijo.pdf. Acesso em: 02 ago. 2016.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 5-27, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, abr. 2009.

MARTINS, Marco Lobato. Os estudos regionais na historiografia brasileira, 2008. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12453672/os-estudos-regionais-na-historiografia-brasileira-minas-de-historia>. Acesso em: 24 jul. 2016.

MARTINS, Maria do Carmo. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* 263 f. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2000.

MENDES, Marta Ferreira Abdala. *Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista divulgador José Reis (1948-1958)*. Tese (Doutorado em História) – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-74, jun. 1990.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 45, p. 340-346, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640153/7712>. Acesso em: 20 nov. 2022.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado*. Uma discussão necessária à formação do profissional de história. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

REIS, Pérola; JUNIOR, Vanir; CHAVES Elizabete *et al.* *Micro-história*. Disponível em: <http://escoladosruralis.blogspot.com.br/2011/12/micro-historia.html>. Acesso em: 24 jul. 2016.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro. FGV. 1998.

REVISTA DE HISTÓRIA. São Paulo, n. 84, out./dez. 1970. p. 516.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SANTOS, Alessandra Soares. Francisco Iglésias e as interpretações do Brasil: notas sobre um discurso historiográfico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXV., Fortaleza, 2009. *Anais...* Fortaleza, 2009.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques; NASCIMENTO, Tiago Rodrigues. O ensino de Estudos Sociais no Brasil: da intenção à obrigatoriedade (1930-1970). *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 28, p. 145-178, n. 53, jan./jun. 2015.

SILVA, Bruna. *Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)*. Tese (Doutorado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2019.

SUCUPIRA, Newton. Sobre o exame de suficiência e formação do professor polivalente para o ciclo ginasial. *Documenta*, n. 31, p. 107-111, 1964.

UHIARA, Érika. *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Franca, 2014.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Discurso de Instalação do II Simpósio. In: SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, II., Curitiba, 1962. *Anais...* Curitiba: APUH, 1962.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MEQUELUSSE, Jair. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil. *Revista de História*, n. 88, 4. tri. 1971.

ENVIADO EM: 30/03/2022
APROVADO EM: 28/07/2022